MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Joaquim Luís Coimbra[1*], Luciana Caliman[2], Rosa Soares Nunes[3***] & Sofia Castanheira Pais[***]**

A proposta deste número temático insere-se na atividade do Círculo de Estudos e Intervenção na Medicalização da Educação (CEIME), e reconhece a importância de, por um lado, dar visibilidade ao fenómeno da patologização dos comportamentos e da medicalização da educação, acolhendo diferentes olhares disciplinares sobre estes fenómenos; por outro lado, animar e continuar a alargar um debate que lançou em 2011 (Manifesto) que se quer sério, informado e necessariamente crítico, em torno das suas implicações.

Uma atmosfera universalizante de medicalização da infância, perante uma multiplicidade de diagnósticos e terapêuticas que remetem para um "biologismo extremo", negligencia a complexidade dos processos subjetivos do ser humano. Rótulos e etiquetas, mascarados de diagnósticos e o abuso de psicotrópicos estão aí mundializados, a responder à mundialização de um Sistema que, num beco sem saída, numa crise de extensão mundial em que o lucro entra num estádio em que só consegue arrastar para trás a humanidade, não vê barreiras à amplificação da sua condição predadora. No campo da medicalização da educação, a indústria farmacêutica vem cumprindo à saciedade esse desígnio, com consequências que estamos muito longe de ter dados para avaliar na sua profundidade e complexidade.

A tendência para interpretar e nomear aspetos da vida social e da educação escolar segundo uma lupa essencialmente biomédica acarreta riscos de múltiplas ordens – fragilizando, não raras vezes, quem já se encontra em situação de vulnerabilidade – e contribui para a desresponsabilização da própria escola face ao modo como lida com este "distúrbio chamado infância" (Wedge,

1 * Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

2 ** Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil.

3 *** CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

2015). Constata-se, pois, que à escola parece inevitável reproduzir efeitos remediativos, encarregando-se "a medicina de responder onde o ensino fracassou" (Collares & Moysés, 2014, p. 62). Como na oficina de que falava Foucault (1997, p. 149), também na escola se qualificam e reprimem os comportamentos que escapam à normatividade, privilegiando-se espaços para o exercício do modelo médico, ao invés de estratégias educativas que respondam, com igual qualidade, à diversidade da população escolar.

Consideramos, assim, que esta proposta segue a linha da revista *Educação, Sociedade & Culturas*, na medida em que visa contribuir para intensificar e qualificar o debate público sobre um problema atual, de extensão mundial.

> *Devemos perguntarmo-nos qual é a contribuição que os intelectuais dão*
> *ao racismo da inteligência.*
> *Seria bom estudar o papel dos médicos na medicalização, quer dizer,*
> *na naturalização das diferenças sociais, dos estigmas sociais,*
> *e o papel dos psicólogos, dos psiquiatras e dos psicanalistas*
> *na produção de eufemismos que permitem designar os filhos dos sub-proletários ou dos imigrantes*
> *de tal maneira que os casos sociais se tornam casos psicológicos*
> *e as deficiências sociais, deficiências mentais.*
>
> Pierre Bourdieu (1984)

É alarmante o número de crianças e adolescentes medicados por "distúrbios do deficit de atenção com hiperatividade", "distúrbios por oposição desafiadora", o famoso TOD, e tantos outros. Nesta epidemia de diagnósticos em que, quem não se enquadra em rígidos padrões e normas induzidos pela arquitetura quantitivista e condutivista de instrumentos cuja construção e linguagem pseudocientífica mascara muitas vezes uma ideologia de homogeneização e de controlo, tem a esperá-lo a condição de doente e a consequente prescrição terapêutica com medicamentos milagrosos que farão a harmonia do mundo. Como se vem explicitando em documentos que, na forma de Manifestos[4], tentam trazer os cidadãos para a compreensão de um problema cujas consequências estão longe de se aclarar, as expressões *medicalização e patologização* no âmbito da escolarização e da vida em geral designam processos que transformam artificialmente questões complexas de âmbito conjuntural mas, sobretudo, estrutural, em problemas médicos. A Educação escolar tem sido um campo privilegiado dessa transformação. E perde-se a visão do sujeito em devir, na construção social da sua singularidade. Daí que a procura do sujeito, imanente a este intento de intercompreensibilidade de uma problemática que gera tanto sofrimento, não tenha nada de neutro. Cheia de consequências, configura aquilo que

[4] Endereço do Manifesto com que o CEIME deu início ao alargamento internacional da sua atividade em 2011: https://www.fpce.up.pt/ciie/?q=news/call-papers-revista-esc-medicalizacao-da-educacao-escolar

poderá consignar uma "encomenda social" que é compromisso, mas também denúncia, enfrentamento, sendo a denúncia dos abusos das soluções medicamentosas uma questão ética que se afirma no exercício de uma cidadania ativa que, tendo uma ética, tem também uma estética. Na lembrança de Carlos de Oliveira (1969), "o que a sociedade pede aos poetas hoje, mesmo que o peça nebulosamente: 'evitar que a tempestade das coisas desencadeadas nos corrompa ou destrua'". O rigor ético – diz o poeta – é a responsabilidade civil e estética de quem escreve para com a fala coletiva, para com o seu tempo e o que nele trabalha a transformação, a libertação, solidariamente produzidas, mesmo quando a solidão cerca o ofício.

É assim que, num quadro epistemológico Histórico-Cultural, Marilene Proença Rebello de Souza, munida de dados precisos e argumentação científica, desenha a narrativa do desenvolvimento do movimento crítico da medicalização da escolarização e da sociedade, centrando a sua descrição analítica à escala do Brasil, mas inserindo-a crescentemente numa rede internacional alargada e dimensão intersectorial, com projetos científicos, ações de divulgação e intervenção em fóruns e publicações, no âmbito da temática desse movimento. Um texto incontornável para este número da Revista.

Numa esclarecedora linha crítica é também da maior pertinência para o escopo da Revista o artigo de Maria Aparecida Affonso Moysés e Cecília Azevedo Collares: um documento do vivido, em que as autoras transcendem o fazer ciência pela ciência, mas se afirmam na ciência pela vida, com a dimensão teleológica que substantiva a divulgação científica. Um texto militante, com a força interpelante de renovadas formas institucionais investidas do poder legitimado de vigiar e punir.

Também em delicada aliança com o vivido, Lygia de Sousa Viégas traz à cena a experiência de uma criança brasileira diagnosticada com TDAH, dos pais, e dos profissionais de saúde e educação que a acompanham. A autora constrói uma análise sensível, atenciosa e cuidadosa, oferecendo ao leitor a possibilidade de aproximar-se da experiência estudada em sua complexidade – exercício necessário de acesso e consideração da experiência infantil, quase sempre subsumida pelos discursos especialistas.

Ocupando-se da investigação dos discursos em torno do TDAH no Brasil, atendo-se a diferentes veículos de comunicação, Gilmar de Magalhães Couto e Marcos António Carneiro da Silva convidam a revisitar as análises foucaultianas sobre as campanhas anti masturbação e pela educação dos séculos XVIII e XIX. Ao interrogar sobre a existência de uma "campanha em ação", alertam para os perigos e desafios atuais em torno da medicalização da educação.

Num convite a despir-se das conceções higienistas e dos discursos médicos que se apropriaram do espaço escolar, Suzi Cordeiro, Solange Yaegashi, Regiane Macuch e Rute Milani dirigem-no especialmente aos/às educadores/as. As autoras descrevem, no entanto, uma cultura da

medicalização que perpassa todos nós e são enfáticas ao afirmar que resistir a essa cultura é uma missão que exige pesquisa, formação, dedicação e postura emancipada de todos.

Assumindo, com ironia, em título, que "o problema sempre é na escola", o texto de Maria Izabel Ribeiro reclama para a construção do diagnóstico de Transtorno de Deficit de Atenção e Hiperatividade um olhar sério, fundamentado e crítico. A autora partilha dados de uma riqueza irrepreensível, discutindo a necessidade de se encontrarem formas de resistência à medicalização da educação. Sem dúvida, um excelente contributo para este número.

Também da maior pertinência, o texto de Adriana Marcondes Machado e Beatriz Saks Hahne analisa, a partir da experiência das próprias autoras, o potencial do dispositivo de supervisão institucional como estratégia para romper com uma racionalidade historicamente sedimentada que encara o 'outro' como problema a ser resolvido por um técnico-especialista.

Do lado de dentro da Escola, Marcos Silva e Diogo Monteiro desenvolvem uma bem combinada dupla entrada pela pertinente questão do estigma e a da sociedade do desempenho, ao longo de adequadas escolhas teóricas de forte suporte ao desenvolvimento do trabalho, gerindo criteriosamente as escolhas bibliográficas pertinentes, dispensando-se de um (sempre inadequado) novo-riquismo bibliográfico.

Giovanna Marafon, Marina C. Souza e Clarissa A. Nicolaiewsky analisam uma experiência de pesquisa e extensão no Brasil, voltada para a formação continuada de professores/as. As autoras demonstram que a aposta na partilha dialógica e cuidadosa de experiências possibilita a problematização e reconfiguração dos saberes e práticas. A formação torna-se também cuidado mútuo. Ao dar relevo aos estudos da deficiência e sua relevância na análise dos processos atuais de medicalização, o artigo tece uma contribuição valiosa para o campo das teorias da medicalização.

Cristiana Carneiro e Íris Ferraz apresentam um bem conseguido estudo de caso inserido numa pesquisa-ação através de uma lupa psicanalítica, compensando, do ponto de vista das escolhas técnicas, a menor relevância do exercício de quantificação para extrair significado dos discursos recolhidos no trabalho de campo, com uma grande riqueza de inferências deles decorrente, finalizando com uma consequente retoma da ligação da teoria ao trabalho de campo.

O artigo de Rafaela Pacheco Nacinovic e Maria Goretti Rodrigues explora de forma meticulosa vetores de uma discussão que, não sendo nova, urge convocar no atual cenário mundial: a medicalização da educação especial. Assente numa escolha metodológica que envolve cartografia e narrativas, vislumbram-se no texto arranjos micropolíticos de práticas não-medicalizantes como possíveis "linhas de fuga" à esmagadora expansão da indústria farmacêutica para tratar o "distúrbio chamado infância".

No artigo que finaliza o Dossiê, a educação especial continua sendo o alvo da análise. A partir de uma investigação realizada em um Centro Municipal de Educação Infantil situado na

cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo, Brasil, Débora Nascimento de Oliveira, Elizabete Bassani e Jair Ronchi Filho problematizam a disseminação da medicalização no cotidiano da educação infantil e o risco de distorção da educação especial quando esta se alia aos discursos e práticas medicalizantes.

A singularidade de cada um dos textos incorporados neste número traduz a urgência de uma reflexão coletiva e crítica em torno da medicalização da escolarização a que assistimos nos mais diversos contextos e níveis dos sistemas educativos. Nesse sentido, e porque cada um destes contributos reclama, de forma sustentada, sensível e comprometida a urgência do aprofundamento da reflexão e da intervenção em torno da problemática que nos mobiliza neste número da ESC, agradecemos vivamente a todas e a todos esta partilha, nesse profundo agradecimento incluindo os que, tendo submetido os seus artigos, não os viram integrados no contexto deste número especial.

Referências bibliográficas

Bourdieu, Pierre (1984). *Questions de sociologie.* Paris: Ed. Minuit.

Oliveira, Carlos (1969). *Sobre o lado esquerdo.* Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Collares, Cecília, & Moysés, Maria Aparecida (2014). Educação na era dos transtornos. In L. S. Viégas, M. I. Ribeiro, E. C. Oliveira, & L. A. Teles (Eds.), *Medicalização da educação e da sociedade: Ciência ou mito?* (pp. 47-69). Salvador: Edufba.

Foucault, Michel (1997). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão* (16.ª ed.). Petrópolis: Vozes.

Wedge, Marilyn (2015). *A disease called childhood: Why ADHD became an American epidemic.* New York: Avery.